

Algumas considerações intempestivas sobre literatura, mídias e mercado

Mário Lugarinho*

Resumo

Nos últimos anos, a Literatura ganhou, no Brasil, páginas de jornais e revistas de grande circulação, programas de televisão e rádio, incontáveis sítios na internet, feiras literárias municipais, estaduais e nacionais. Paralelamente a esse fenômeno, a indústria editorial brasileira pouco evoluiu nos dois pólos do comércio livresco: a produção e o consumo. Como, então, compreender o tempo e os espaços de exposição concedidos à Literatura?

Palavras-chave: Literatura; Mídia; Mediações institucionais; Mercado; Preconceitos estéticos.

Esta é uma reflexão em curso, ativada por um sem números de exemplos que podem ser colhidos hoje em qualquer PC que esteja devidamente conectado à rede mundial de computadores. É evidente, para qualquer observador mais atento, que estamos diante de fenômeno de crescimento cada de comunicação e de escrita literária, provocado pela Internet.

Uma das virtudes que a grande imprensa e especialistas apontam a respeito da Internet é o fato da rede aproximar de forma intensa indivíduos das mais diversas origens ao mesmo tempo em que disponibiliza o mais farto e dinâmico banco de dados de que já se teve notícia na História. Tal aproximação determina a eliminação de instâncias tradicionais que mediaram a comunicação humana, como empresas de telecomunicação, de entretenimento ou detentores de *copyright*. Com certa facilidade e dispondo de alguns equipamentos e *softwares*, qualquer pessoa é capaz de acessar livremente filmes, músicas, livros, imagens, documentos diversos, de e em qualquer parte do mundo (desde que, não esteja em um país em

* Texto recebido em novembro/2007 e aprovado para publicação em dezembro/2007.

* Universidade de São Paulo. Pesquisador do CNPq; Doutor em Letras (PUC-Rio 1997), Professor Adjunto de Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF, bolsista do CNPq. Publicou, em Portugal, Manuel Alegre: mito, memória e história (Lisboa: Colibri, 2005), além de artigos e capítulos de livro no Brasil, EUA e Portugal.

que os aparelhos estatais de segurança selecionem o conteúdo a ser acessado, como são o caso da China e de Cuba).

Que efeitos a eliminação destes mediadores terão provocado no desenvolvimento cultural? No caso específico da Literatura, como podemos pensar o processo de produção, circulação e recepção na medida em que são eliminados da circulação de uma obra o crivo editorial, a publicação impressa, a crítica institucional e, principalmente, o problema do preço, que tanto aflige o mercado editorial e o público leitor?

Na verdade, a crítica literária ou mesmo a Teoria da Literatura pouco tem atentado para o fato. Poucas vezes é encontrada alguma reflexão acerca do processo de circulação literária e do mercado editorial. Entretanto, a lógica de mercado parece regular o sistema literário desde que se erigiram as literaturas nacionais no século XIX. Tal lógica parece ter tido na crítica literária uma poderosa aliada, já que, interessada em valores estéticos e na expressão pelas obras que analisava da identidade nacional, pouca ou nenhuma atenção deu aos nascentes mercados consumidores ao construir as histórias literárias. Nesta reflexão que classificamos como intempestiva, o pensamento de Walter Benjamin, sempre ele, é o solo por onde nos movimentamos na medida em que foi o primeiro a vincular a História da Arte e da Literatura à ascensão do capitalismo moderno.

MERCANTILIZAÇÃO

É notável que, nos últimos anos, a Literatura ganhou no Brasil páginas de jornais e revistas de grande circulação, programa de televisão e rádio, incontáveis sítios na internet, feiras literárias municipais, estaduais e nacionais, já que, dez anos antes, o Governo Federal, que implementara um eficiente Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Pró-Ler), em 1993, definitivamente o sepultara e nada de igual envergadura pusera em seu lugar. Com isso, parece difícil compreender o fato de a Literatura ter ganho tempo de exposição inédito na mídia.

Se buscarmos informações mais precisas a esse respeito, mais surpreendente será, visto que números podem trazer uma realidade que se oculta por trás de toda onda de celebração livresca. Fornecidos pela Câmara Brasileira do Livro (Tab. 1), os números revelam um sentido quase inercial, com poucas variações expressivas. Se formos interpretar a tabela, será verificada a pouca variação da quantidade de títulos de primeiras edições e suas reedições lançada ao lado do número de exemplares colocados à disposição do público, bem como as imperceptíveis variações nas vendas do varejo e do próprio faturamento da indústria editorial. Percebe-se, ainda, que o conjunto numérico refere-se à totalidade de títulos publica-

dos, dos quais os literários devem representar um pequeno percentual. A pouca variação numérica revela que a indústria editorial no Brasil pouco evoluiu nestes dez anos nos dois pólos do comércio livreiro: a produção e o consumo.

Tabela 1. Evolução do setor editorial no Brasil.

Ano	Produção (1ª edição e reedição)		Vendas	
	Títulos	Exemplares	Exemplares	Faturamento (R\$)
1990	22.479	239.392.000	212.206.449	901.503.687
1991	28.450	303.492.000	289.957.634	871.640.216
1992	27.561	189.892.128	159.678.277	803.271.282
1993	33.509	222.522.318	277.619.986	930.959.670
1994	38.253	245.986.312	267.004.691	1.261.373.858
1995	40.503	330.834.320	374.626.262	1.857.377.029
1996	43.315	376.747.137	389.151.085	1.896.211.487
1997	51.460	381.870.374	348.152.034	1.845.467.967
1998	49.746	369.186.474	410.334.641	2.083.338.907
1999	43.697	295.442.356	289.679.546	1.817.826.339
2000	45.111	329.519.650	334.235.160	2.060.386.759
2001	40.900	331.100.000	299.400.000	2.267.000.000
2002	39.800	338.700.000	320.600.000	2.181.000.000
2003	35.590	299.400.000	255.830.000	2.363.580.000
2004	34.858	320.094.027	288.675.136	2.477.031.850
2005	41.528	306.463.687	270.386.729	2.572.534.074
2006	46.026	320.636.824	310.374.033	2.880.450.427

Fonte: Câmara Brasileira do Livro – <http://www.cbl.org.br/pages.php?recid=58>.

Dessa forma, como entender o tempo e os espaços de exposição concedidos à Literatura? Certamente porque ela, enfim, foi compreendida pelo mercado editorial e pelos meios de comunicação como mais um produto posto em circulação, sem que isto seja considerado alguma concessão de privilégio – sublinhe-se o tempo de cobertura jornalística das feiras literárias, em especial no âmbito da TV à cabo, e o tempo integral, este ano concedido pelo canal GNT, da Globosat, a eventos de moda. Tal comparação não é gratuita para o “mercado”, os grandes nomes da moda são tratados com o mesmo, ou maior, louvor, que os grandes escritores e críticos. A última criação ficcional de Umberto Eco, por exemplo, disputa o mesmo espaço que as criações de Giorgio Armani, seja no shopping center, seja na televisão, seja nas revistas de grande circulação. Fica evidente que todos os objetos passaram a se equivaler na sua característica mercantil, e nada, absolutamente nada, parece romper a standardização dos objetos culturais.

Pode-se questionar, sem dúvida, os efeitos da globalização desmesurada ou a vitória final do capitalismo selvagem, que aboliu as hierarquias dos objetos culturais, tornando o shopping center a própria metonímia da cultura, mas sabemos que estamos redescobrimo a roda.

CRISE

É possível, assim, observarmos que o momento presente é o resultado contínuo de uma crise que se instaurou há muito tempo, desde que, pelo menos, a reflexão filosófica passou a acompanhar a produção artística e literária. É sabido que os românticos alemães inauguram este binômio entre o pensar e a produção artística, sugerindo uma autonomia intelectual ao artista jamais tentada – donde terem salvaguardado os seus modos de produção no terreno do sublime como forma inequívoca de auto-preservação (cf. JIMENEZ, 1999, p. 19).

O século XIX parece construir a *república*, tornando-se terreno fértil para tanto, na medida em que a razão iluminista e a Ciência libertavam o homem de todo engodo propiciado pelas superstições e pela religião. À Arte cabia, renovada e comprometida com a tradição, paradoxalmente, como queria Herder (1995), expressar tal projeto libertador. O pacto romântico entre nação, literatura e intelectuais era, então, celebrado.

A Literatura deixava os salões aristocráticos e burgueses e, antes de penetrar nas oficinas tipográficas, era submetida à mediação de indivíduos capazes de reconhecerem os valores nacionais nela expressos. É desnecessário remontarmos o processo de institucionalização da Literatura ao longo do século XIX e o seu conseqüente papel fundamental na construção do Estado-nação e da sociedade burguesa. Vale assinalar apenas, que foi preciso a sua massificação e o concurso de uma classe específica que reivindicava um discurso e um saber próprios. A formação dos “homens de letras” (cf. EAGLETON, 1991), seguidos pelo desenvolvimento da intelectualidade como classe orgânica, são produtos de uma exigência da criação dos Estados-nação que via no seu concurso a possibilidade de vulgarização dos conceitos políticos e filosóficos que norteavam a sociedade burguesa. O desenvolvimento da crítica literária pelos “homens de letras”, durante o século XIX, através da imprensa, foi a forma encontrada para a transmissão do saber das classes ditas esclarecidas para a massa populacional das classes não letradas, alçadas, agora, à condição de leitores pela recém-criada indústria cultural.

Tendo em vista que a instituição literária era veículo de propagação da ascensão burguesa, sua crítica aproximava a nova massa de leitores da herança cultural do passado. Entretanto, o crítico encontrava-se num dilema: emitiria seus juízos em nome do grande público, formado pela nova massa de leitores, ou de uma minoria, baseada na tradição letrada e esclarecida? Por conta disso – e reconhecendo que o século XIX se caracterizava, segundo Eagleton, por insegurança ideológica – o “homem de letras” não poderia ser um parceiro em posição idêntica a seu grande público leitor. Sua função seria a de instruir, consolidar e confortar o público perturbado e ideologicamente desorientado, oferecendo-lhe esclarecimen-

to ante as complexas transformações econômicas, sociais e religiosas do seu tempo, com uma postura veladamente propagandística, processando o conhecimento no mesmo ato de provê-lo. Terry Eagleton (1991), ainda, assevera: “O leitor de classe média é agora menos o colaborador e interlocutor do crítico em sua iniciativa de esclarecimento cultural e muito mais um objeto anônimo cujos sentimentos e opiniões devem ser moldados através de simplificação intelectual (p. 42).

Mais tarde, em função da sua necessidade de afirmação no âmbito universitário inglês, a crítica literária, reconhecida como disciplina em que se veicula o saber literário, passa a ser instrumentalizada por uma razão de fundo nacionalista. É ela que abre espaço para a emergência de um modelo de cidadão profundamente identificado com a história e a cultura nacionais, representadas no Estado (EAGLETON, 1997). Sendo ela responsável por assinalar as obras que compõem o cânone literário, torna-o capaz de conferir aos cidadãos o seu devido lugar como representantes do Estado e, conseqüentemente, da nação. Ao mesmo tempo, por ter travado uma árdua luta contra as Ciências e a Filosofia a fim de justificar a sua existência no âmbito universitário, foi recorrendo ao juízo estético que conseguiu se justificar na universidade, porquanto vinha a indicar o valor permanente de beleza das obras.

Desde o Romantismo, portanto, Literatura e identidade nacional passaram a compartilhar o mesmo campo semântico. A naturalização da relação impôs, continuamente, que fossem verificadas as estratégias regulares de construção de uma nacionalidade através do veículo literário. A relação “natural” entre ambos os termos foi tão profunda que chegou a sobredeterminar o juízo estético, que se pretendia *isento* na medida em que os conceitos que nortearam a identificação da estética literária foram submetidos pela crítica aos elementos da originalidade e da identidade nacional. Mesmo as vanguardas e os modernismos foram postos à serviço da nacionalidade quando seus autores passaram, também, a participar a História literária, determinando tradições e procedimentos estéticos e literários.

E é aí que se instala uma crise. E será nos modos de interpretação da História da Arte e da Literatura que Walter Benjamin irá detectar a crise e tentar resolvê-la.

RESISTÊNCIA

Para o século XIX foi indistinta a constituição das literaturas nacionais da emergência do que foi denominado por Adorno e Horkheimer de uma indústria cultural (1985). Somente com o aparecimento das teorias e das obras de vanguarda é que se pode inferir a instalação de uma crise e sua anterioridade, já que a emergência do “novo” como categoria estética punha em causa toda a produção

anterior. Crise porque a Arte e a Literatura, inaugurando outras formas que não as miméticas de representação de mundo, punham em causa as possibilidades de uma produção capaz de transportar, transmitir e disseminar valores diversos a um grande e extenso público.

Mas a crise não se dava pelo aparecimento de uma teoria pela autonomia da arte, antes disso, pelo escândalo da conjunção entre obra de arte e mercadoria. E aqui convocamos, como numa conjura, Walter Benjamin (1985).

Benjamin não escondeu o fato de conhecer o mercado de artes que se desenvolvera desde o Renascimento e que se projetara para os séculos subseqüentes. Sua atenção recaiu no fato de que objetos antes negociados como únicos, puderam estar ao alcance da mão de quaisquer amantes das artes, observando que as técnicas industriais de reprodução haviam exaurido a originalidade das obras e sua "aura".

Mas à banalização ele contrapôs o arruinamento da obra. Ao invés de insistir em seu valor de culto, o que concederia à obra de arte um sentido unívoco, determinou uma mudança radical no ato interpretativo, desviando-o para o estilhaçamento de sentidos. Antes de uma observação interna dos modos de produção artísticos, a interpretação alegórica consistiria no movimento de arruinamento, fragmentação e desestruturação da totalidade histórica que se revelava como falsa. Do arruinamento da obra de arte restaria a esperança de que os sentidos em dispersão garantiriam uma dinâmica recusada continuamente pela perenidade dos conceitos.

Que novidade advém da enunciação da ruína alegórica nestes tempos exaustos de tanta desconstrução? A novidade reside no fato de que é exatamente por nunca ter negado a mercantilização da obra de arte que Benjamin poderá reconhecer-lhe outro valor que não o unicamente estético. O estilhaçamento da obra de arte consiste em por em evidência toda e qualquer unidade pretendida pelos discursos que constituem a História – e aqui, ousamos interferir, propondo que esta história não seja apenas aquela a que ele se referia, a oficial, a dos vencedores etc. – mas aquela a que nos acostumamos a constituir como natural em suas sucessividade e temporalidade, a história literária.

No fim das contas, o simples ato de questionar a história literária já parece colocá-la em causa, desestabilizando-a como fizeram os formalistas russos ao pensarem uma sucessividade interna desta mesma história, entendendo-a em suas causalidades internas.

Naturalizada, no entanto, a história literária parece levar-nos a tomar contato com aquela marcha num tempo vazio e homogêneo, porquanto parece que nela não há nada que não seja previsível. Como rompê-la? Aliás, se ainda for possível rompê-la, se tomarmos a assertiva de Octavio Paz (1984) da constituição da tradição das rupturas, que novos sentidos é ela capaz de propor?

Se introduzirmos o elemento mercado na constituição desta história literária, o que dela restaria como uma narrativa seqüenciada de proposições estéticas? Certamente muito pouco, visto que reconhecemos como premissa a intimidade entre a produção literária e a indústria cultural. Mas, certamente, encontraríamos outros sentidos subjacentes à produção literária, oferecendo-nos um retrato mais amplo daquele quadro pensado por Antônio Cândido em *Literatura e sociedade* (2000). Se introduzirmos o mercado no sistema literário, encontraríamos o grau de aceitabilidade de uma obra aliado à sua capacidade de permanência, podendo inclusive ser verificadas as instituições responsáveis pela sua fixação nesta história e que garantiram a sua circulação para além do seu tempo.

RECONHECIMENTO

Se buscarmos no grande banco de dados em que o território franco da internet se converteu, a palavra “Literatura”, apenas em sítios localizados no Brasil, serão encontrados mais de dois milhões de referências. Se refinarmos a sua busca e direcionarmos-nos para sítios em que se tenha acesso à leitura de textos literários, encontraremos um ainda impressionante número de mais de um milhão de indicações, dos quais um expressivo número é de autores amadores que não alcançaram o famigerado mercado.

Talvez a estupefação venha a se resolver. A internet e as novas tecnologias de informação e comunicação abriram espaço para a publicização de uma quantidade incontável de textos literários, franqueando o acesso a uma variedade astronômica de títulos, desde os mais clássicos (em variadas versões e línguas) às mais inéditas e amadoras tentativas de “obras”. Campos externos à teoria e crítica literárias passaram a reivindicar o estatuto literário para seus usos, sejam eles hipertextos, cibertextos, produções coletivas, textos interativos. Um arco bastante extenso de exemplos pode ser delineado, demonstrando a vulgarização do termo, sua utilização e, principalmente, a produção que se abriga sob seu conceito. Tal produção advém das mais diversas origens, desde o mais simples digitador que experimenta um determinado recurso áudio-visual, passando por *designers* e *webdesigners*, engenheiros de sistemas, professores e ou poetas e ficcionistas consagrados, demonstrando que a Literatura não está em crise, pelo menos no que tange em torno de uma produção constituída à revelia dos mediadores tradicionais. Além disso, a tecnologia permitiu o exercício da escrita e sua circulação para um público nunca previsto pelos autores, antes circunscritos a círculos fechados de leitores especializados ou ligados pela afetividade. O direito à publicação e à franca circulação, aspiração máxima da produção literária, ficou garantido em detrimento de quaisquer ordens mercadológicas ou políticas editoriais.

A literatura torna-se exercício de qualquer conhecimento disponível e compartilhado por todos, propriedade intelectual comum. O conceito de *copyleft*, construído em oposição ao de *copyright*, é o próprio arruinamento de uma indústria que deverá encontrar nos próximos anos outras formas de sobrevivência. Talvez o fenômeno do *mp3*, que pôs em risco a indústria fonográfica, não se repita com os *e-books* na mesma intensidade – afinal, ainda somos fascinados pelo livro, mídia privilegiada por seu alto grau de interatividade, a ele delegamos o estatuto de instrumento de resistência, supostamente artesanal, e fetiche de uma classe tecnocratizada. Ter acesso à publicação no meio impresso traria como pressuposto os olhares mediadores de pares, editores, conselhos e políticas editoriais, financiamentos e prestígio público – mas isto só interessa àqueles submetidos à lógica de uma classe de intelectuais resistentes na universidade. Não interessa ao grande público leitor que elege suas próprias preferências sem atenção alguma aos ditames da intelectualidade.

A proliferação de *blogs* literários e sites de criação coletiva, bibliotecas virtuais, comunidades de discussão literária, muitas vezes para a simples partilha de impressões de leituras ou para a execução de projetos conjuntos indicam que este público *pode* recusar a contínua tutela de seus gostos, de suas idéias e suas impressões. Alguns podem chamar a atenção que a Internet ainda não é um território tão aberto, já que apenas quinze milhões de brasileiros, menos de dez por cento de nossa população, possuem acesso a ela. Mas chamamos a atenção para o fato de que a expansão tecnológica ainda é restrita a segmentos sociais, da mesma maneira foi a televisão nos anos cinquentas. O que o futuro pode nos reservar?

Voltemos a Walter Benjamin, agora em suas “Teses sobre a filosofia da história” (1985). Nelas fica evidente que todo o seu projeto filosófico poderia ser resumido na tentativa de explodir o *continuum* da história e interromper a marcha num tempo vazio e homogêneo. Se levamos tal proposta à história literária, como ele mesmo levou em seu célebre artigo “O narrador”, veremos que, apesar de sua valiosa reflexão, a vanguarda foi incapaz de levar a efeito tal projeto, submetendo-se a uma lógica de mercado que trata indiferentemente os objetos culturais. De igual forma, Benjamin parece não recusar a instrumentalização estética levada a cabo pelo cinema – já que ressalta o alto grau de colaboração e elaboração que o cinema exige como produto coletivo. Explodir o *continuum* da História seria exatamente o dar as costas a uma hierarquização baseada em pressupostos de uma estética tradicional (beleza, harmonia, totalidade, aparência). Se Terry Eagleton (1993) está certo em sua reflexão acerca do pensamento de Walter Benjamin, é preciso descobrir “na estrutura da mercadoria, na morte da narrativa, no vazio do tempo histórico e na tecnologia do capitalismo, todos os impulsos messiânicos que nele ainda estão fracamente ativados” (p. 246).

A estupefação de nosso observador se não arrefecida estaria agora próxima do ataque histérico. Diante dos dados apresentados pela busca num site como o Google, verificaria que a explosão midiática da literatura e de sua crescente profissionalização em nosso país, passa ao largo das suas manifestações mais impressionantes e mais animadoras. A atual produção dá demonstrações de uma clara opção democrática por parte do leitor, que recusa, enfim, as mediações institucionais e os (pré)conceitos estéticos.

Abstract

In the past few years, literature in Brazil has gained space in widely diffused newspapers and magazines, television and radio shows, innumerable internet sites, as well as municipal, state and national literary fairs. Side by side with this phenomenon, the Brazilian publishing industry has grown little in the two poles of book trade: production and consumption. How can one understand the time and space for exhibition offered to Literature?

Key words: Literature; Media; Institutional mediations; Market; Aesthetic prejudice.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e técnica; Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. <http://www.cbl.org.br/pages.php?recid=58>, em 3/11/2005.

EAGLETON, Terry. O rabino marxista: Walter Benjamin. In: *A ideologia da Estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 230-46.

EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

EIKHENBAUM, B. A teoria do método formal. In: EIKHENBAUM, B. (Org.). *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 3-38.

HERDER, J. G. *Também uma filosofia da História*. Lisboa: Antígona, 1995.

JIMENEZ, Marc. *O que é estética?* São Leopoldo: Unisinos, 1999.

PAZ, Octavio. *Os filhos do barro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Vertical line on the left side of the page.